

DOS GABINETES PARA AS RUAS: OS ANTECEDENTES POLÍTICOS DA EMERGÊNCIA DO CICLO DE CONFRONTO DE JUNHO, 2011-2013

DOI: 10.12957/SYNTHESIS.2023.83509

RAFAEL DE SOUZA*

Resumo

O presente artigo visa rastrear os antecedentes políticos institucionais e extrainstitucionais de temas que surgiram nas ruas durante o ciclo de confronto de Junho de 2013. Seguindo como modelo teórico a teoria do confronto político, o artigo considera que Junho de 2013 pode ser entendido como um ciclo de confrontos, isto é, um conjunto de episódios de protesto cuja escalada rápida e massiva é produto da difusão de diversos conflitos entre distintos segmentos sociais. Assim sendo, o artigo também procura dar destaque às dificuldades das negociações políticas acarretadas pela coalizão governista petista no período de 2010 a 2013, buscando compreender como a política institucional impactou a política das ruas. As indagações dizem respeito à constituição de um conjunto amplo de temas políticos que não estavam exclusivamente centrados na “questão urbana”. Procurou-se aqui qualificar essas afirmações, argumentando que o processo político antecedente foi marcado pela eclosão de diversos temas tanto nas ruas quanto nas arenas institucionais. Com base em acervo histórico de jornais e revistas, além do mapeamento de importantes protestos no período, o artigo busca traçar os processos que levaram à progressiva fragilização da coalizão governista e à cristalização de pautas e agendas que ressurgiriam nas ruas como pontos de conflito.

Palavras-chave: protesto; Junho de 2013; movimentos sociais; ciclos de confronto.

From the offices to the streets: the political background to the emergence of the June 2013 confrontation cycle, 2011-2013

Abstract

This paper endeavors to dissect the institutional and extra-institutional political dynamics that set the stage for the issues that surfaced during the June 2013 confrontation cycle. Utilizing the political confrontation theory as a framework, the study interprets June 2013 as a series of confrontations, depicting a rapid and widespread escalation resulting from conflicts across diverse social strata. Moreover, the article scrutinizes the challenges posed by the political maneuvers of the ruling PT (Workers' Party) coalitions between 2010 and 2013, aiming to comprehend the impact of institutional politics on street activism. The inquiry extends beyond traditional urban

* Professor do Departamento de Sociologia da Universidade Federal Fluminense (UFF) e pesquisador associado ao Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP). E-mail: rafael58cla@gmail.com.



Este é um artigo de acesso aberto distribuído sob os termos da Licença Creative Commons CC BY 4.0 Internacional, que permite que outros distribuam, remixem, adaptem e criem a partir deste trabalho, desde que citem seus autores e a fonte original.

concerns, delving into the formation of a broad spectrum of political themes that unfolded both in the streets and within institutional spheres. Drawing on a comprehensive historical analysis of newspapers and magazines and mapping pivotal protests during the period, the article endeavors to unveil the processes that contributed to the gradual erosion of the ruling coalition's influence and the crystallization of contentious issues that would later manifest on the streets.

Keywords: protest; June 2013; social movements; confrontation cycles.

INTRODUÇÃO

O artigo tem um duplo objetivo. De um lado, reconstruir a cadeia causal de eventos que levaram aos de Junho de 2013, e de outro lado compreender o fenômeno para além das expressões de descontentamento com as políticas urbanas. O objetivo, portanto, é recontar a história de Junho de 2013 situando-a num conjunto de processos de conflito político em gestação no ambiente institucional e extrainstitucional. Em primeiro lugar, trata-se de reconstruir os principais eventos políticos que contextualizaram a emergência do ciclo de Junho de 2013, realçando a construção de agendas políticas conflituosas durante o governo de Dilma Rousseff (2011-2013). Aqui, o objetivo é oferecer um panorama das dimensões do contexto político de emergência do ciclo de Junho e apresentá-lo situado como um processo constituído por múltiplos temas. Assim, os confrontos políticos em Junho foram constantemente caracterizados na literatura como um conjunto de manifestações de repúdio à invasão da lógica capitalista à gestão das cidades (Harvey, 2014). Sem negar a importância dessa pauta nas motivações dos manifestantes que foram às ruas, ainda faltam análises mais detalhadas da emergência de vários dissensos políticos no Brasil durante o início da década.

Alternativamente, aqui se trata de enfocar o modo pelo qual disputas políticas no interior da base governista operaram como motor de episódios de contestação. Trata-se de investigar o modo pelo qual temas políticos – como transporte, corrupção, pautas morais, etc. – apareceram na cena pública, temas que já vinham se constituindo como assuntos delicados e controversos para a coalizão governista ao longo de 2011 a 2013.

O espaço urbano e vários problemas, como transporte, habitação, segurança pública, etc., não foram somente um produtor de demandas em Junho e não foram os únicos objetos de contestação. Embora os protestos iniciais tenham tido essa embocadura, a constituição do ciclo não pode ser resumida à questão do transporte. Houve uma diversidade de temas. Caso a análise se atenha categoricamente à descrição de junho como um episódio de contestação em torno do transporte, corre-se o risco de identificar a presença de outros temas como “falta de foco”, “confusão” ou “sequestro”. A identificação de Junho com um único tema também coloca no centro determinados atores coletivos e os descreve como protagonistas da ação nas ruas. Nesses casos, o fenômeno deixa de ser caracterizado como um ciclo de confrontos, em que múltiplas agendas foram se constituindo, e se torna apenas “um movimento” (Tarrow, 2011). A diversidade das *performances*, temas e atores coletivos se perde nessa caracterização. E defender a hipótese do ciclo de confrontos significa, sobretudo, defender a ideia de que o espaço público foi disputado nas ruas por vários atores coletivos em sua busca da exibição de variados temas e se valendo de vários usos do espaço e *performances* de contestação.

Desse modo, apresentar como múltiplos temas foram se constituindo em agendas que minaram as bases do governo e ofereceram plataformas de ação para diversos atores é providencial para o entendimento de um fenômeno que não pode ser descrito apenas como um movimento com “falta de foco”¹. Isto porque nem todos os temas presentes em Junho diziam respeito diretamente à questão urbana ou transporte como produtores de insatisfações.

Dada a importância do fenômeno, a literatura sobre Junho é extensa. De modo geral, ela divide-se, sobretudo, em mapear as causas, os atores e os supostos efeitos de Junho. O artigo exime-se de responder acerca das consequências, já que estas se confundem com as análises sobre a nova direita e a ascensão da polarização no Brasil, temas esses que merecem uma consideração detalhada em outra oportunidade. A literatura sobre as causas de Junho teve uma ascensão meteórica durante o próprio acontecimento, mas a questão das suas origens foi progressivamente deixada de lado ao longo dos anos. De um lado, tem-se uma literatura focalizando, sobretudo, a crise urbana como principal vetor das manifestações. Essa foi uma das principais linhas de

pesquisa logo após o início do fenômeno. Para essa literatura, os protestos seriam reflexo de uma geração que se ressentia da invasão neoliberal na gestão das cidades (Antunes, 2013; Alfonsin, 2015; Harvey et al., 2015; Andrés, 2023). Outra vertente passou a enfatizar, principalmente, a emergência de uma nova sensibilidade política e os choques dessas novas sensibilidades com um sistema político que não os representava. O foco aqui era, sobretudo, na novidade das pautas, atores e agendas. Acompanha essa literatura também a tese da crise de representação e do engessamento do sistema político em atender a visões políticas mais radicais e à esquerda (Dowbor; Szwako, 2013; Gohn, 2014).

O artigo parte da teoria do confronto político como modelo analítico a fim de contestar a visão que pauta Junho de 2013 como um fenômeno multidimensional. A teoria sobre movimentos sociais a partir dos anos 1970 e 1980 é extensa e não cabe uma exposição detalhada de suas posições. Contudo, convém mencionar brevemente as duas teorias de destaque na explicação do surgimento e expansão dos movimentos sociais. Até o final dos anos 1980, as tradições europeias reunidas na Teoria dos Novos Movimentos Sociais (TNMS) tendiam a enfatizar o papel da cultura, valores e ideias na estruturação do conflito societário, sem fazer referências explícitas ao processo político. Movimentos sociais seriam, para esses teóricos, orientados para a autonomização de suas identidades coletivas e valores em detrimento da lógica de interesses. Por outro lado, a tradição americana, representada pela Teoria do Confronto Político (TCP), enfatiza o caráter estratégico dos movimentos sociais e seus alicerces nas disputas políticas. Esses traços táticos e estratégicos dos movimentos respondiam não somente às esferas econômica ou cultural, mas também à arena política. O foco estava nos processos de negociação política entre desafiantes e autoridades, sejam elas políticas ou culturais. A partir dos anos 1990, as críticas informadas pela sociologia da cultura pavimentaram o terreno para a formação de sínteses teóricas entre os dois termos. Cultura e estratégia política passaram a ser vistas de maneira intrincada e com variados pontos de intersecção (Alonso, 2009).

Com a Teoria do Confronto Político (TCP), afirma-se aqui que o recurso ao protesto como modelo de expressão política não é exclusividade de certos atores coletivos com determinados programas ideológicos e que o controle do espaço físico é um objeto de disputa.

Em geral, a literatura enfatiza o confronto entre movimentos sociais e as forças governamentais de controle do espaço público, tal como a polícia. No entanto, recentemente, teóricos têm chamado a atenção para o caráter relacional do processo de confronto político. Segundo Tilly (2010), diferentes organizações políticas disputam a atenção da imprensa e dos atores relevantes. Isto porque em episódios de intensa mobilização diversos atores coletivos enfrentam-se entre si por vantagens posicionais no espaço político.

Para a TCP, o objetivo da ação política nas ruas é chamar para si a atenção pública e impactar a agenda política. O texto aborda essas dimensões em duas partes. A primeira parte apresenta o contexto político no qual o ciclo de confrontos de junho emergiu, apontando dificuldades e impasses enfrentados pela coalizão petista durante os primeiros anos da gestão de Dilma Rousseff (2011-2013), em torno de tópicos que pressionaram a base do governo e facilitaram a emergência de certas demandas nas ruas. A primeira seção detalha o processo político desde as eleições e tenta demonstrar o momento de construção de uma coalizão frágil que daria suporte ao governo. Com a segunda seção, trata-se de adentrar nos conflitos propriamente ditos. O argumento é de que agradar “gregos e troianos” ajudou a fragilizar devido à proliferação de políticas inconsistentes. Por fim, a terceira seção detalha os momentos iniciais antecedentes a Junho. A polarização e os conflitos dos anos anteriores emergem com força, e o governo dá fortes sinais de enfraquecimento. Múltiplas pautas que apareceriam em Junho de 2013 já eram vistas em protestos e manifestações nas ruas. A conclusão retoma o argumento principal.

1 A ANTESSALA DOS CONFLITOS: A ELEIÇÃO DE 2010 E O SURGIMENTO DA POLARIZAÇÃO

Os protestos em torno das tarifas de transporte costumam ser apontados como antecedentes diretos do conjunto de manifestações nas cidades de São Paulo e Rio de Janeiro e, posteriormente, em todo o Brasil. Embora, de fato, a natureza do ciclo de confronto mereça uma aproximação detalhada, o fenômeno em si não pode ser isolado da trajetória de protestos e confrontos políticos no Brasil recente pós-Dilma Rousseff. A história de protestos e expressão de demandas são importantes à medida que informam os agentes acerca das possibilidades de manifestação. Mesmo

porque o contexto de mobilizações políticas esteve conectado ao modo como o primeiro governo Dilma Rousseff passou a lidar com rachaduras em sua base de poder.

De fato, há certa similaridade com outros contextos históricos conflitivos, como a crise democrática de 1964, a redemocratização e o *impeachment* de Collor em 1992. O objetivo aqui não é demonstrar alguma espécie de singularidade de Junho de 2013. Mobilizações de larga escala, assim como a teoria do confronto político postula, costumam ser produto de crises no alinhamento entre as elites políticas. De fato, até certo ponto não se espera enunciar nada de novo teoricamente aqui, mas esse ponto parece ter sido bastante negligenciado pela literatura sobre o assunto. A maior parte dos estudos aplica um modelo de “panela de pressão”, no qual a impermeabilidade institucional e incapacidade da coalizão governista em processar demandas acabou criando tensões que acabariam explodindo em Junho de 2013 (Nobre, 2013). O que se apresenta aqui é a ideia de que Junho de 2013 não foi um efeito explosivo da imutabilidade do sistema de representação, mas sim efeito de um desgaste permanente e contínuo na coalizão governista. Em momentos de estabilidade institucional, o conflito se mantém dentro de limites estreitos, em períodos de crise nas alianças políticas, há uma abertura das oportunidades políticas e, portanto, o surgimento e enunciação de novas temáticas, atores e táticas de ação (Tarrow, 2022).

Ao longo de 2011 a 2013, o PT foi paulatinamente perdendo fôlego para negociar com opositores e se tornando alvo de críticas de diversos atores coletivos. As ambiguidades e encruzilhadas do governo Dilma podem ser traçadas desde o momento da campanha eleitoral. As eleições de 2010 foram acompanhadas por debates acirrados não somente em relação ao papel do Estado na economia, mas, sobretudo, em função de questões comportamentais e societárias. A eleição presidencial em 2010, tal como nos anos anteriores, foi polarizada entre PT e PSDB². Polarização em diversas questões, sobretudo durante o segundo turno. Dilma Rousseff já havia sido apontada como possível candidata já em 2007, quando ainda era ministra chefe da Casa Civil³. Sua indicação se deu em função da importância da ministra na organização e construção do Plano de Aceleração do Crescimento (PAC).

Lançado em 28 janeiro de 2007, o PAC era um conjunto de medidas políticas planejadas em torno da dinamização econômica. O plano teria um papel profundo na intervenção estatal no contexto das cidades brasileiras. O prazo do plano era de 4 anos e expirava em 2010, prevendo um total de investimentos de R\$503,9 bilhões em obras de infraestrutura. Dentro do pacote, foram inseridas medidas de financiamento para obras, estímulo ao crédito e mudanças nos marcos regulatórios ambientais. O pacote fez sucesso na ala governista e foi estendido por mais 4 anos no PAC-2, lançado em 29 de março de 2010, portanto, meses antes das eleições daquele ano. O segundo pacote contou com um investimento de R\$1,59 trilhão em diversas áreas, especialmente na infraestrutura urbana. O PAC 2010 teve os seguintes eixos: Cidade Melhor, Comunidade Cidadã, Minha Casa, Minha Vida, Água e Luz para todos (expansão do Luz para Todos), Transportes e Energia. O PAC e o PAC-2 foram duramente criticados em função de supostos usos eleitorais da máquina estatal em benefício da candidata. A política urbana era uma das tônicas do projeto. Os partidos de oposição chegaram a protocolar pedido de representação contra Dilma Rousseff e o PT em virtude das vitórias das obras do PAC. Os partidos da oposição, DEM, PSDB e PPS afirmavam que tais vitórias se configuraram campanha eleitoral antecipada⁴.

De todo modo, dada a impossibilidade de reeleição do então presidente Lula, a candidatura de Dilma apareceu oficialmente em 13 de junho de 2010, referendando como candidato a vice Michel Temer⁵. A candidatura à época teve forte apoio de figuras políticas e personalidades artísticas. Movimentos sociais, sindicatos e associações civis ligados ao governo também apoiaram a candidatura. No dia 31 de abril de 2010, um ato, na quadra do Sindicato dos Bancários de São Paulo, organizado pela Coordenação de Movimentos Sociais (CMS), conclamava movimentos sociais a apoiar a candidata. A II Assembleia Nacional dos Movimentos Sociais contou com a presença de associações, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Confederação Nacional de Associações de Moradores (Conam), União Nacional dos Estudantes (UNE), União Brasileira de Mulheres (UBM), União de Negros pela Igualdade (Unegro) e Marcha Mundial das Mulheres, entre outras associações⁶. No total, a assembleia reuniu 3000 pessoas, e o resultado formal do evento foi a elaboração do Projeto Brasil 2010. O documento não manifestava apoio direto à candidatura de Dilma Rousseff, mas expressava preocupação em torno de uma eventual vitória do candidato do PSDB⁷.

A despeito dos rachas em relação a partidos mais à esquerda do PT, a candidatura de Dilma contava com ampla legitimidade em função do desempenho econômico da última década. O crescimento do PIB durante os anos 1980 e 1990 girou em torno de uma média de 0,7% em termos per capita. Após os primeiros anos do governo Lula, passada a crise do “mensalão”, em 2007, a taxa de crescimento anual per capita do PIB subiu para 4,81%, e o PIB cresceu 5,7%, acompanhando o aumento do consumo das famílias. Ao final de 2010, o PIB per capita era de 19.564 reais por habitante, tendo um aumento em relação ao ano anterior de 6,49% (IBGE, 2011). Taxas bastante expressivas decididamente tornaram confortável a posição de Dilma Rousseff na competição eleitoral, especialmente após o início da propaganda eleitoral.

Até maio de 2010, as pesquisas apontavam empate técnico entre o candidato José Serra e Dilma Rousseff. Em agosto do mesmo ano, Dilma já tinha uma vantagem de dez pontos sobre o rival⁸. A posição confortável nas pesquisas sinalizava os impactos positivos das políticas econômicas e sociais do governo Lula. As políticas de redistribuição no governo Lula foram centrais no período. Destaca-se aqui a criação do Bolsa Família e do Programa Universidade para Todos (PROUNI)⁹. O Bolsa Família obteve resultados expressivos e foi fartamente premiado por organizações internacionais ligadas ao combate à pobreza. Logo se tornou a “marca” do governo como programa social. O índice de miséria caiu, por exemplo, 27% entre 2003 e 2006. A política colaborou para a redução da pobreza e para o alavancado consumo nas classes mais baixas (Castro; Modesto, 2010). O PROUNI, criado em 2005, era um programa que concedia bolsas integrais e parciais a estudantes em cursos de graduação em instituições privadas. Em conjunção com a expansão do ensino público, através da criação de universidades federais, o PROUNI se tornou responsável pela entrada maciça de estudantes no ensino superior. Em 1995, por exemplo, o número de estudantes matriculados era de 1,700 milhão, número que passou a ser de 6,300 milhões em 2010 (Catani *et al.*, 2006).

O crescimento econômico acelerado em conjunto com a política de crescimento focada no consumo e as políticas de redistribuição conseguiram construir uma narrativa do governo em torno da redução das desigualdades no Brasil. O debate em torno do surgimento de uma classe média ganhou força no final do governo Lula e mesmo durante a eleição. A parcela da população que subiu das classes D e E para a classe C foi de 27% no período de 2004 a 2008. A desigualdade de renda, segundo dados da PNAD, também reduziu significativamente, fazendo o Brasil cair de 0,570, em 2004, para 0,515 em 2012. A queda na pobreza extrema, de 2004 para 2014, teve uma redução média de 10% ao ano (Neri, 2011).

Essas transformações significativas ofereceram ampla vantagem na corrida presidencial à coalizão governista. Entretanto, as críticas à política social e econômica do governo lulista também desempenharam papel relevante. O caráter eleitoral de diversos programas sociais sempre foi usado pela oposição. Em diversos documentos oficiais e não oficiais, os partidos de oposição ressaltaram o caráter assistencialista e instrumental da política em detrimento de reais avanços nas políticas de redistribuição. O “Bolsa Esmola” era termo usado pejorativamente como estratégia de deslegitimação do programa durante o governo petista¹⁰.

A parte mais agressiva da oposição taxava o Bolsa Família como “compra de votos”. O Instituto Millenium (IMIL), organização da sociedade civil crítica às políticas do governo, apoiava a candidatura de Serra, alegando que as políticas de redistribuição do governo anterior eram contraproducentes¹¹. A redução da desigualdade segundo o IMIL nada tinha a ver com as políticas petistas, mas sim com os efeitos positivos da adoção do Real como moeda, barateamento das cestas básicas e aumento do salário real. Medidas implementadas ou efeito da administração governamental peessedebista de Fernando Henrique Cardoso (1994-2002). Ao listar uma série de fatores como estratégias de redução da desigualdade, como o combate à corrupção, o IMIL afirmava que:

O caminho aqui defendido estimula a mobilidade social dos mais pobres, em contraste com os programas assistenciais, tipo Bolsa Família, que os mantêm sob dependência infrutífera. Esses programas servem para situações de emergência ou como complemento transitório a políticas eficazes de combate à pobreza. Mas nunca como instrumento

de ascensão social, com o status de símbolo da luta pela redistribuição de renda. (Instituto Milenium, 2010).¹²

O debate econômico teve importância, mas também foi acompanhado por polêmicas em função de questões comportamentais, especialmente o aborto, casamento gay, liberação de drogas, temas que seriam pautados durante o governo Dilma, e similarmente em Junho de 2013. Esses temas serviram como delimitadores de identidades políticas opostas durante as eleições e no mandato de Dilma Rousseff. Eles demarcaram posições diametralmente antagônicas em variados setores da sociedade. A provável eleição de uma mulher iniciou debates em torno de pautas “progressistas” como aborto e legalização do casamento homossexual. Em suma, esses temas provocaram a ativação de fronteiras identitárias entre atores coletivos e trouxeram atores novos para o debate da esfera pública.

Esses temas foram trazidos mesmo antes da eleição com a apresentação do III Plano Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3), Decreto Nº 7.037, no final de dezembro de 2009¹³. O plano foi elaborado pela Secretaria Especial dos Direitos Humanos (SEDH) e, quando apresentado ao Poder Executivo, sofreu inúmeras críticas de ministros contrários. A pasta era comandada pelo ministro Paulo Vannuchi (PT). A primeira versão do PNDH-3 era extensa e contava com 521 medidas que legislavam sobre os mais variados temas com os mais variados níveis de especificidade. Definições vagas como o “combate à desigualdade social” se misturavam a artigos mais específicos, como a regularização de comunidades quilombolas.

Essas medidas instigaram diversas associações da sociedade civil a se posicionar contra ou a favor do plano, durante os períodos de pré-campanha política. Grupos ligados à imprensa expressaram preocupação com a possibilidade de censura. A Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (Abert), Associação Nacional dos Editores de Revistas (Aner) e Associação Nacional de Jornais (ANJ) repudiaram o plano. Por outro lado, o Movimento Nacional de Direitos Humanos, frente que congregava cerca de 400 associações da sociedade civil, endossou o plano como uma medida “progressista”¹⁴.

O tema do aborto causou também grandes reações. A Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) manifestou preocupação em torno do caso. A CNBB incitou constantemente o então presidente Lula a rever o texto e retirar a possibilidade de descriminação do aborto. O texto final suprimiu a descriminação do aborto e apenas indicou a questão como tema de saúde pública, sem especificar parâmetros legais ou possibilidade de legislação no assunto¹⁵. Parte da CNBB apoiou a conduta do presidente Lula, mas parte manifestou preocupação e incertezas quanto a uma provável eleição de Dilma Rousseff¹⁶.

Dilma saiu vencedora das eleições com 56,05% dos votos válidos. Serra ficou com 43,95%. Embora a disputa eleitoral repetisse o confronto entre PSDB e PT no âmbito federal e estadual desde pelo menos 1994, a eleição viu a entrada das questões e pautas morais importantes e que viriam a aparecer fortemente durante Junho de 2013. Outro ponto relevante é que, embora a oposição tenha saído derrotada da eleição presidencial, ela se fortaleceu em outras escalas de atuação.

A votação para a Câmara ilustrava que, mesmo em contexto apertado de votação presidencial, no âmbito legislativo o que se configurava era uma relativa estabilidade dos mecanismos de governança e uma vantagem considerável do PT. Ainda que com derrotas importantes em cidades e municípios importantes para a coalizão no poder, o governo petista conseguiu assegurar uma base relativamente consistente de apoio para os anos seguintes. Ainda assim, essa situação seria dinamizada pela mudança nas coalizões governistas e opositores. Por outro lado, os temas levantados durante a campanha colaboraram para o crescimento de mobilizações de movimentos sociais e outros atores políticos no âmbito da sociedade civil. Seja dentro do espectro político de esquerda e de direita, a eleição da candidata petista não agradou totalmente. Em suma, a eleição colaborou para a formação de novas identidades políticas.

Outro aspecto relevante é o fato de que havia uma ambivalência entre apoio e oposição em diferentes escalas espaciais de governança. Se, por um lado, em âmbito federal, o governo havia sido bem-sucedido num primeiro momento, nos municípios havia locais importantes de contestação à coalizão governista. Essa duplicidade foi importante para permitir a criação de um ambiente de oposição ao PT em diversos espectros ideológicos e em diversas escalas espaciais.

Em suma, a duplicidade de ameaças e oportunidades políticas ajudou a diversificar a política do confronto em Junho de 2013.

2 OS DILEMAS DO GOVERNO: OS CONFLITOS MORAIS E POLÍTICOS NOS PRIMEIROS ANOS

Tomada a posse em 2011, o governo tentou tomar providências na garantia de uma coalizão estável. Parte dessa estabilidade seria conseguida com a continuidade dos planos econômicos herdados do governo Lula e que garantiram a continuidade auspiciosa de diversos indicadores econômicos. O PT colhe os frutos dessa *performance* nas eleições. Para a cúpula, era imperativo manter a chave do sucesso, e a ordem do dia era a continuidade. No plano social, isso também se repetiu. As políticas sociais foram um marco e colaboraram para a tranquilidade inicial no governo Dilma.

O PAC-2 foi lançado no começo daquele ano justamente como uma medida agressiva de crescimento econômico, sem alterar os supostos do período neodesenvolvimentista da era Lula. O Estado financiou R\$665 bilhões de reais, e o setor privado foi responsável por quase R\$130 bilhões. A maior parte foi destinada a recursos para políticas habitacionais. Para a política urbana e, conseqüentemente, para a questão habitacional. Gerenciado pelo Ministério das Cidades e em conjunção com a Caixa Econômica Federal, o Minha Casa, Minha Vida atuou ao mesmo tempo como política socioeconômica e como alavanca para o setor da construção civil.¹⁷

O programa para além dos investimentos em infraestrutura tinha fortes impactos na política urbana, já que os setores de habitação e infraestrutura eram os maiores beneficiados. O montante investido gerou inúmeras críticas. Uma dessas crítica dizia respeito à demora das obras e à incapacidade do Estado em gerir os recursos¹⁸. As comparações com os governos anteriores eram uma rotina. A Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), por exemplo, ao final de 2011, através de seu presidente, Paulo Skaf, fez um balanço do primeiro ano do governo Dilma. Segundo Skaf:

Em ano como o de 2011, em que o governo anuncia um crescimento de 5% e termina com metade disso, podemos dizer que ou o governo errou ou exagerou na dose das medidas para esfriar a economia. Na nossa visão, poderíamos ter tido um resultado muito melhor neste ano. O País não avançou, só marcou passo. (Estadão, 2011).¹⁹

Segundo o empresário, os governos FHC I e II teriam sido responsáveis pela estabilização econômica, e os governos Lula I e II permitiram a ascensão de uma classe média e o crescimento econômico acelerado. Na opinião da FIESP, nenhuma das características poderia ser atribuída ao governo Dilma. Essa combinação de gastos públicos e perda de competitividade passou a lançar dúvidas no governo em relação à sua capacidade de gerenciar a inflação.

Os efeitos da crise mundial passaram lentamente a minar, ao longo de 2011 a 2013, a base de apoio ao governo. As medidas econômicas tomadas para sanar os efeitos da crise e garantir que a onda que arrastou diversos países chegasse ao Brasil como uma “marolinha” incluíram a redução de impostos e desoneração de determinados setores da indústria. Essas políticas foram perpetuadas durante o governo Rousseff, e críticos passaram a criticar a dosagem de tempo dessas medidas. A queda nos juros combinado com os gastos em investimentos favoreceram, segundo certos analistas, o incremento acelerado da pressão inflacionária (Dweck; Teixeira, 2017). Certamente esse debate tem suas tonalidades, mas o que importa reter é o papel que determinadas visões circularam na imprensa da época²⁰.

As preocupações da imprensa à época atestam as dificuldades vivenciadas pela presidente. O Estado de S. Paulo publicou um editorial de 100 dias de governo Dilma Rousseff. O editorial aponta a “herança” do governo Lula como um fator impeditivo à estabilidade e ao crescimento econômico. O discurso sobre equilíbrios de gastos e a inflação dava a tônica. Lê-se no editorial:

A escolha correta é simples. Em vez de ressuscitar um modelo falido, deve o governo cuidar de tarefas de importância evidente, como arrumar suas contas, investir em educação e qualificação profissional e criar condições para a expansão do investimento, limitado a

insuficientes 18,4% do PIB. Não é preciso criar um setor público empreguista, balofo e intervencionista para cumprir essas tarefas. (Estadão, 2011).²¹

Somem-se a isso mudanças importantes na economia a partir do final de 2011. A partir de 2012, a chamada “nova matriz econômica” - política fiscal expansionista, juros baixos, crédito barato fornecido por BNDES, câmbio desvalorizado e aumento das tarifas de importação - se deparou com dificuldades devido à queda nos investimentos internacionais em setores-chave da economia brasileira²². As *commodities* e outros bens primários passaram a ser menos exportados. O choque na economia favoreceu um conjunto de críticas, e as primeiras quedas nas *performances* econômicas passaram a se fazer notar.

Curiosamente, apesar das críticas ainda que veladas da imprensa e de determinados setores de associações empresariais, os investimentos no PAC garantiram a Dilma relativa popularidade. Em levantamento realizado em março de 2012 pelo Ibope, a pedido da Confederação Nacional da Indústria (CNI), a popularidade da presidente aumentou. Em dezembro de 2011, Dilma Rousseff contava com um índice de aprovação de 72%, ao passo que em março de 2012 houve um aumento para 77%. Os efeitos da popularidade talvez se devam em função do lançamento de projetos sociais e do aprofundamento de projetos já em andamento²³. Outro fator que pode ter colaborado é que o Brasil se viu com um crescimento nos postos de trabalho. Foram criados 4 milhões de postos de trabalho entre 2010 e 2012.

Outro provável fator impactante no aumento de popularidade da presidente foi a proximidade da Copa do Mundo em 2014. Houve a aceleração das obras do PAC-2, o que pôs de fato o Brasil no “clima” do evento esportivo. Em 2012, dois novos estádios foram inaugurados. A votação para a escolha do Brasil para o evento esportivo datava de 2007, e a seleção das cidades para serem sede dos eventos aconteceu em 2009²⁴. A Copa fazendo parte do modelo de desenvolvimento encabeçado pelo PT à época representou bem as ambivalências relativas ao governo Dilma. As promessas de crescimento econômico da Copa do Mundo não foram suficientes para garantir a primeira crise na coalizão governista. A causa da crise foi o processo de deliberação envolvendo os marcos legais em torno da Copa do Mundo de 2014. A construção de referências legais e a observância dessas normativas pelas autoridades públicas brasileiras era um dos requisitos prescritos no processo de seleção do Brasil como país-sede²⁵.

Sem entrar em detalhes sobre o processo de deliberação e promulgação de leis, convém mencionar dois episódios²⁶. O primeiro deles diz respeito às medidas endereçadas aos municípios-sede. Em 2011 e 2012, as 12 cidades-sede assinaram contratos com o Comitê Organizador Local (COL). Os contratos diziam respeito fundamentalmente ao modo como as prefeituras dos municípios se responsabilizariam pela organização do evento. Os contratos previam o fechamento de ruas e outras medidas de segurança do evento, segundo determinações da FIFA. Outro fator que impulsionou críticas por parte dos movimentos sociais à época foi a inclusão de cláusulas contratuais lidando com a criação de *zonas de exceção* dentro dos espaços urbanos em que as prefeituras disponibilizassem espaços exclusivos para publicidades de empresas licenciadas pela FIFA.

O segundo marco legal fundamental na época foi a Lei Geral da Copa (LGC), promulgada no dia 5 de junho de 2012. Sua tramitação se deu em regime de urgência na Câmara, e diversos pontos foram alvo de críticas por parlamentares e setores da sociedade civil. O documento tratava de várias recomendações determinadas pela Federação Internacional de Futebol (FIFA) às autoridades brasileiras, visando às condições de realização da Copa das Confederações em 2013 e da Copa do Mundo em 2014. Temas como segurança, direitos de transmissão de imagens, direitos comerciais nas áreas de realização dos eventos, recomendações técnicas, solicitações de benfeitorias urbanas nas áreas dos jogos, isenção de impostos para empresas licenciadas pela FIFA, entre outros itens.

Apesar da prioridade do projeto, a votação da LGC foi prorrogada em diversos momentos. A demora na promulgação provocou uma crise entre o governo brasileiro e a FIFA. A demora se deu em função de temas polêmicos, como a venda de bebidas alcoólicas nos estádios e questões de segurança. A LGC entrava em conflito com outras leis vigentes no país, como o Estatuto do Torcedor e outros dispositivos legais. Esses conflitos levaram a um racha na base aliada do

governo e fortaleceram a oposição encabeçada pelo PSDB e outros partidos menores. Havia conflitos também com autoridades municipais e estaduais quanto à extensão das mudanças previstas na LGC. Segundo notícia da Reuters, a base aliada estava dividida em relação ao conteúdo da lei:

A crise na base aliada do governo teve mais um capítulo nesta quarta-feira com o novo adiamento da votação da Lei Geral da Copa na Câmara dos Deputados. Os líderes dos partidos da coalizão governista preferiram obstruir a discussão do texto para evitar que fosse imposta mais uma derrota ao Executivo. [...] Mais uma vez, demonstrando estar sem controle sobre os aliados e sofrendo muitas pressões, o governo teve que aderir ao adiamento. Até o novo líder indicado pelo Palácio do Planalto na Casa, Arlindo Chinaglia (PT-SP), liberou a base aliada para votar como achasse melhor no requerimento que pedia a retirada da matéria da pauta, numa demonstração de falta de confiança na vitória governista [...] Apenas três legendas – PT, PSB e Pcdob – dos 16 partidos da coalizão do governo na Câmara mantiveram a posição de votar a Lei Geral da Copa nesta quarta, mas não conseguiram reunir os 257 votos necessários para manter aberta a sessão no plenário. O governo sofre pressões por todos os lados na Câmara. A bancada ruralista, por exemplo, exige que o governo se comprometa com um calendário de votação para reformar o Código Florestal e diz que não vota mais nada enquanto essa promessa não sair. Os parlamentares evangélicos e ligados à área da saúde também pressionam o governo para não cumprir o acordo com a Fifa sobre a liberação da venda de bebida alcoólica nos estádios. Outros deputados, descontentes com o relacionamento político com o governo, engrossam essas correntes, tornando a votação de qualquer matéria imprevisível (Reuters, 2012, grifo meu).²⁷

A votação da LGC colaborou com as rachaduras no governo, especialmente entre os principais partidos governistas – PT e PMDB – que se digladiaram em uma queda de braço acerca da extensão das medidas. Em meio à discussão da LGC, outro ponto influente na época foi a votação do Novo Código Florestal, que versava sobre mudanças importantes na política de meio ambiente²⁸. Isto é, a situação era complexa para a base aliada do governo. As críticas ao governo passaram a pontuar a falta de diálogo e a truculência nas negociações. Uma marca que ficaria registrada durante o restante do governo Dilma.

A revolta dos partidos menores contra o “autoritarismo” do PT ecoava. As votações tanto do Código Florestal quanto do processo decisório na LGC deflagraram os primeiros sintomas de uma crise ministerial. Pouco a pouco, os partidos pequenos da base aliada passaram a questionar os critérios de escolha do Executivo. Já em 2011, o Ministro da Casa Civil, Antonio Palocci (PT), fora substituído às pressas em função de denúncias de irregularidades e corrupção. Diversas denúncias de corrupção resultaram em um desgaste contínuo na Esplanada dos Ministérios²⁹. As crises em relação aos partidos pequenos também se refletiram na relação entre o Executivo e o Legislativo. A gestão era encarada como uma gestão truculenta³⁰.

Outra fonte de pressão foi a instalação da Comissão Nacional da Verdade (CNV), em maio de 2012. Os membros da CNV foram indicados diretamente pela presidente. A principal função era investigar violações e crimes cometidos por autoridades civis e militares durante o regime de 1964 a 1985. A CNV era formada por membros da sociedade civil e por movimentos de direitos humanos e tinha como encargo reunir provas, interrogar militares e civis que atuaram no regime e elucidar denúncias de irregularidades contra os direitos humanos durante o regime. O resultado final seria um relatório, contendo todo o material coligido, a ser entregue à Presidência da República em 2014. A instalação da CNV foi objeto de intenso debate e confrontos entre defensores e detratores. Os críticos afirmavam que a ação dos militares se deu em defesa da sociedade brasileira contra “terroristas” e que os crimes cometidos por estes últimos não foram

julgados ou levados em consideração pela Comissão. A CNV foi acusada de revanchismo e parcialidade em sua reconstrução da história. A CNV também colaborou com o estremecimento das relações entre civis e militares. Apesar dos investimentos no setor militar em função da Copa do Mundo, parte da cúpula das Forças Armadas criticou a sua instalação. Houve críticas à falta de representação dos militares no processo³¹.

Em suma, o ano de 2012 é chave para entender o modo como as oportunidades políticas para as manifestações foram ambivalentes. De um lado, a popularidade de Dilma Rousseff ainda era confortável. Popularidade colhida ainda como fruto das políticas sociais petistas do governo anterior. O desempenho econômico tímido, mas longe de caracterizar uma grave crise, também ajudou a acalmar os ânimos. Por outro lado, conflitos políticos entre o Executivo e outros setores do Estado corroeram parcialmente a base de sustentação do governo. Deve ser lembrado que o desgaste na base aliada se deu em diversas escalas espaciais. No âmbito federal, o governo tinha dificuldades de aprovação de medidas, no âmbito municipal imperavam as dificuldades causadas pelas negociações em torno do PAC e da Copa do Mundo, justamente em função de projetos importantes e em função de novas diretrizes que impactavam diretamente a política municipal e estadual. A realização dos megaeventos esportivos e votações importantes, como o Código Florestal, fez aparecer clivagens políticas que já não estavam mais orientadas somente em função do par governo/oposição ou mesmo entre direita/esquerda. À medida que esses pontos sensíveis passaram a fazer parte das negociações políticas, as clivagens passaram a atuar como oportunidades para novos alinhamentos políticos.

As mudanças nas alianças políticas foram aprofundadas em virtude das eleições municipais de 2012. Naquele ano, o grande vencedor nas eleições foi o PMDB, que se sagrou eleito em 1022 dos municípios, seguido do PSDB com 701 e o PT com 632 prefeituras. O quadro era de ambivalência. Por um lado, a base aliada com PT e PMDB contava com a maioria dos municípios, entretanto a oposição representada pelo PSDB também teve uma parcela expressiva dos votos. O PT ficou com importantes localidades como São Paulo. A eleição na capital paulistana foi marcada por certa imprevisibilidade, já que o candidato Celso Russomanno (PRB) despontava nas pesquisas, tomando a dianteira e relegando a segundo plano os candidatos dos partidos tradicionais Fernando Haddad (PT) e José Serra (PSDB). Durante a campanha para o primeiro turno, a subida expressiva de Russomanno desestruturou as outras candidaturas, mas uma série de eventos a meio caminho entre o protesto e a produção cultural na cidade de São Paulo passaram a impulsionar a candidatura de Fernando Haddad.

3 OS RACHAS NA COALIZÃO GOVERNISTA E O INÍCIO DE JUNHO DE 2013

A mudança de cenário se consolidou em 2013 e nos anos seguintes, com Dilma Rousseff cada vez mais com dificuldades de controlar a base aliada e deter as críticas da oposição. O ano de 2013 começou com tragédias em cidades brasileiras e que produziram grande comoção nacional: o incêndio da boate Kiss, no Rio Grande do Sul, e as chuvas e alagamentos no estado do Rio de Janeiro. As tragédias ajudaram a criar um clima de contestação à eficiência aos serviços públicos e à capacidade de regulação do Estado.

O governo se viu tendo que negociar também com a esquerda partidária em função de escolhas políticas. A primeira delas foi sem dúvida a nomeação do deputado e pastor Marco Feliciano (PSC) para a presidência da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados (CDHM). O deputado já havia causado polêmica em 2011 quando fez uso das redes sociais para atacar o ativismo LGBTTT³² e outros movimentos sociais. De certo, modo a indicação de Feliciano fora uma medida do governo petista de agradar siglas menores que fizeram parte da coalizão durante as eleições. É nessa conjuntura que se dá a decisão de empoderar Marco Feliciano na CDHM. A sessão em que Feliciano foi eleito havia sido marcada por tumultos e pelo confronto entre apoiadores do deputado e ativistas de movimentos sociais. Os meses seguintes seriam marcados por confrontos frequentes entre ativistas contra o parlamentar e seus defensores. Essa situação seria agravada graças à relatoria do projeto que ficou conhecido como “cura gay”. O projeto de 2011 do deputado João Campos (PSDB) suprimiu a resolução do Conselho Federal de Psicologia (CFP), que denegou terapias cujo intuito era “tratar” a orientação sexual dos pacientes. O Projeto de Decreto de Lei (PDC 234/11) estabelecia, portanto, normas de atuação para psicólogos que atuavam na aplicação de práticas psicoterápicas envolvendo a orientação sexual

de pacientes. O projeto havia ficado um tanto quanto esquecido, mas, em maio de 2013, Marco Feliciano introduziu o projeto na agenda da CDHM. A inclusão do projeto na agenda pública inflamou os protestos que já ocorriam frequentemente. Diversas associações planejaram campanhas em torno do tema, o que ajudou a insuflar o tema durante o ciclo de junho.

O projeto da “cura gay”, tal como foi apelidado, não foi o único tema delicado a entrar na agenda pública. Outros temas não ligados à pauta urbana ou político-identitária pressionavam o governo. A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 478/10, por exemplo, que ficou conhecida como “PEC das domésticas” e que regulamentava o mercado de trabalho dos empregados domésticos no Brasil, também gerou debates acalorados na Câmara e na esfera pública³³. Outra PEC que também alvoroçou o debate público em 2013 foi a PEC 37/2011. A PEC incluía um novo parágrafo na Constituição, no capítulo de Segurança Pública. O projeto tinha como principal efeito retirar da alçada do Ministério Público a prioridade na investigação de diversos tipos de crimes, transferindo essa prerrogativa para as polícias federal e civis estaduais. O projeto do deputado Lourival Mendes (PT do B) foi criticado por interferir na autonomia das Comissões Parlamentares de Inquérito (CPI)³⁴. Se nos primeiros meses do andamento da proposta, a questão era puramente técnico-jurídico, ao longo do início de 2013 o cenário se inverte, levando a PEC para a alçada da política em torno da corrupção. Diante da possibilidade de aprovação da emenda, foi lançado o movimento “Brasil contra a Impunidade”. O movimento era composto pela Associação Nacional dos Membros do Ministério Público (Conamp), pelo Conselho Nacional dos Procuradores Gerais (CNPJ), pela Associação Nacional dos Procuradores da República (ANPR) e outras associações de juristas. O movimento coordenou vários eventos institucionais e não institucionais em protesto contra a aprovação da emenda. O projeto acabou sendo apelidado de “PEC da impunidade” e ajudou a marcar o governo Dilma Rousseff como conivente à corrupção.

Esses temas, embora não estivessem ligados diretamente à produção de espaços urbanos, foram determinantes para o surgimento do ciclo de Junho, porque permitiram 1) erosão lenta e gradual da sustentação do governo Dilma entre seus apoiadores, abrindo brechas e sinalizando a existência de oportunidades de mobilização; 2) permitiu a formação de diversas frentes de oposição, tanto à esquerda quanto à direita, a ações tomadas pela cúpula do governo; 3) permitiu a formação de novos atores coletivos. Se, por um lado, a abertura de canais de diálogo avançou nos anos de 2011 a 2013, por outro lado, propostas políticas polêmicas afastaram os apoiadores do governo tanto à direita quanto à esquerda.

Contudo, como salientado na seção anterior, transportes não foi a única queixa expressa por manifestantes nas ruas desde 2011. A questão em torno da CDHM também serviu como um polo aglutinador de protestos diversos. O deputado Marco Feliciano foi alvo tanto de protestos nas ruas quanto de denúncias formais de homofobia e preconceito. No dia 09/03/2013, por exemplo, várias cidades tiveram episódios de protesto contra o pastor. Em São Paulo, o ato na Avenida Paulista reuniu 1000 pessoas. Em Brasília, o evento foi ao mesmo tempo crítica a Feliciano, mas também a Renan Calheiros (PMDB) como presidente do Senado Federal. Renan era acusado de corrupção na entrega de notas fraudadas. No Rio de Janeiro, o protesto na Cinelândia reuniu 1,5 mil participantes.

Houve ainda protestos em Vitória (ES) e Londres. Em todos os protestos, os manifestantes organizaram *performances* teatrais e musicais, combinando as cores do ativismo LGBT com bandeiras do Brasil. No dia 20 de março, foi a vez de Goiânia cunhar o movimento e slogan “Fora Feliciano”, e manifestações em frente às igrejas evangélicas da Assembleia de Deus também não foram raras. O maior protesto foi no dia 24 de abril em Brasília (DF). A marcha contou com a participação de sindicatos, ativistas LGBTT e feministas, ONGs, etc. Ao todo, participaram 20 mil pessoas³⁵.

O projeto da “cura gay” ajudou a catapultar a participação na Parada do Orgulho LGBTT, que teve como tema “Para o armário nunca mais”. Foram cerca de 200.000 pessoas na Avenida Paulista e imediações, em que fantasias de Marco Feliciano se misturavam a gritos de protesto contra a medida. A Parada foi pensada pelos organizados, a APOGLBT, como um ato de agravo às medidas propostas pelos “infelicianos”, referência ao deputado e a sua base de sustentação calcada no eleitorado evangélico. Em resumo, o discurso desses grupos era pensado como um protesto contra os “retrocessos”³⁶.

Manifestações maciças já antes de Junho também tomavam conta do cenário paulistano e de outras grandes cidades. A greve dos professores, por exemplo, reuniu cerca de 50 mil pessoas na Avenida Paulista no dia 19 de abril de 2013. O Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo (Apeoesp) e a Central Única dos Trabalhadores (CUT) organizaram o protesto. Usando nariz de palhaço e máscaras, os manifestantes tomaram a Avenida Paulista, demandando ajustes de salários. Os profissionais de saúde também realizaram um mesmo protesto na região do centro e depois se uniram aos professores, demandando melhores condições de trabalho³⁷. Outras mobilizações menores também passaram a ocorrer com frequência na cidade de São Paulo e também serviram como difusores de determinados temas expressando cisões no governo.

CONCLUSÃO

O artigo procurou apresentar os antecedentes do ciclo de Junho, buscando entender como a crise na coalizão das elites políticos facilitou a emergência desse contexto de crise. O período analisado vai das eleições para presidente em 2010 aos primeiros anos do mandato presidencial de Dilma Rousseff, de 2011 a 2013. As indagações dizem respeito à constituição de um conjunto amplo de temas políticos que não estavam exclusivamente centradas na “questão urbana”. Procurou-se aqui qualificar essas afirmações, argumentando que o processo político antecedente foi marcado pela eclosão de diversos temas tanto nas ruas quanto nas arenas institucionais.

Foi destacado tanto o processo político nas arenas institucionais que atuaram como um conjunto de oportunidades políticas quanto os efeitos nas ruas dada pela ação de atores coletivos nas ruas. Atores tão diversos, como associações de profissionais ligados ao Direito, feministas, movimentos pela diminuição das tarifas, sindicatos, etc. Em resumo, não pode ser visto somente do ponto de vista de sua ligação imediata com a pauta urbana. Se o espaço urbano é importante, ele é importante em sua integralidade, pois é nele que se visibiliza uma série de conflitos políticos.

A primeira parte do texto tratou dos impasses políticos para a coalizão governista causados por temas controversos. Embora com margem segura das intenções de voto, causados pela popularidade dos governos Lula I e II, as eleições de 2010 trouxeram à tona conflitos políticos e sociais. De um lado, as eleições viram o fortalecimento da oposição ao petismo em torno das pautas da corrupção e do assistencialismo, do outro lado a eclosão das pautas morais, como aborto, como ponto de debate entre associações à esquerda e à direita. Esse clima de oposição ao governo, à direita e à esquerda, resultou no tensionamento da coalizão governista. De um lado, as negociações com a base do governo traziam questionamentos dos setores mais à esquerda que procuravam uma política de compromisso com movimentos sociais. Do outro lado, as concessões à esquerda passaram a irritar a base governista e a criar cisões dentro da coalizão. Essas dificuldades produziram um distanciamento progressivo do governo em relação a movimentos sociais e problemas na manutenção da coesão no governo. Somado a isso foi a agenda política no período que tinha no PAC e nos megaeventos esportivos, como a Copa das Confederações e a Copa do Mundo, o carro-chefe das políticas de crescimento econômico. Essas políticas resultaram numa forte política de intervenção nos espaços urbanos, especialmente nos municípios-sede da Copa do Mundo. Tal ciclo de intervenções gerou conflitos em relação à extensão e ao caráter das transformações ensejadas nas cidades. Outro momento delicado do governo Dilma Rousseff foi causado pela ocasião do julgamento do “mensalão” e pelas tentativas de aprovação de projetos de lei polêmicos, como a PEC-37.

A pesquisa sobre Junho de 2013, embora profícua, já longa, ainda peca, salvo com raras exceções, por não compreender Junho de 2013 como um ciclo de confrontos, com múltiplos atores, demandas, espacialidades e táticas de expressão política. Compreender os protestos de Junho como um conjunto de mobilizações heterogêneas abre espaço para uma investigação de caráter histórico, que dá relevo ao modo como várias pautas, atores e estratégias e conflitos políticos foram se construindo. Não se trata aqui de resenhar completamente cada uma dessas agendas, nem mesmo de esgotá-las ou pretender qualquer hipótese. Pelo contrário, o objetivo consistiu fundamentalmente em apontar como Junho de 2013 foi resultante de uma multiplicidade de causas históricas. Assim, convém salientar o caráter contingente do processo político em questão, o que implica também entender os efeitos de Junho como um processo que também estava aberto. Nesse sentido, a noção de que Junho foi sequestrado parece fora de lugar. Ou

mesmo, deslocada, muito embora seja importante destacar que a direita teve seus espaços de discussão em ascensão durante os anos 2000 e 2010. A ideia de que Junho representa uma espécie de derrota para as esquerdas também parece hostil demais, frente aos efeitos que Junho teve na politização de temas antes renegados pela esquerda tradicional, como o feminismo e o antirracismo.

REFERÊNCIAS

- ALFONSIN, Betânia de Moraes *et al.* As manifestações de junho de 2013, o processo de construção dos direitos de cidadania no Brasil e o direito à cidade. *Revista de Direito da Cidade*, Rio de Janeiro, v. 7, n. 1, p. 71-90, 2015.
- ALONSO, Angela. As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate. *Lua Nova: revista de cultura e política*, p. 49-86, 2009.
- ANDRÉS, Roberto. *A razão dos centavos: crise urbana, vida democrática e as revoltas de 2013*. São Paulo: Editora Schwarcz-Companhia das Letras, 2023.
- ANTUNES, Ricardo. As rebeliões de junho de 2013. *Observatório Social de América Latina*, v. 14, n. 34, p. 37-48, 2013.
- BLOG. *Dai a César o que é de César e a Deus o que é de Deus*. 20 jul. 2010. Disponível em: <https://blog.cancaonova.com/tiba/2010/07/20/dai-a-cesar-o-que-e-de-cesar-e-a-deus-o-que-e-de-deus>
- BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. *Estatística do eleitorado*. 2010. Quantitativo. URL: <http://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-anteriores/eleicoes-2010/estatisticas-de-eleitorado>.
- BRASIL. Decreto Nº 7.037, de 21 de dezembro de 2009. Aprova o Programa Nacional de Direitos Humanos - PNDH-3 e dá outras providências. Brasília, DF, *Diário Oficial da União*, 22 dez. 2009. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d7037.htm. Acesso em: 28 mar. 2017.
- BRITO, J. G. M. *Copa pra quem? Estado de exceção e resistências em torno da Copa do Mundo FIFA 2014*. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.
- CASTRO, J. A. DE O.; MODESTO, L. O. (Org.). *Bolsa Família 2003-2010: avanços e desafios*. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), 2010.
- CATANI, A. M.; HEY, A. P.; GILIOLI, R. DE S. P. PROUNI: democratização do acesso às Instituições de Ensino Superior? *Educar em Revista*, SciELO Brasil. v. 22, n. 28, p. 125–140, 2006.
- CONSULTOR JURÍDICO. *Juristas dizem que MP não pode fazer investigação*. 30 mar. 2013, Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2013-mar-30/juristas-afirmam-investigacao-criminal-exclusividade-policia>. Acesso em: 25 ago. 2017.
- CONSULTOR JURÍDICO. *Associação é contraproposta que limita investigação*. 16 jun. 2013. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2012-jun-16/associacao-promotores-proposta-limita-poder-investigacao>. Acesso em: 25 ago. 2017.
- CONTAS ABERTAS. *Após 3 anos, mais da metade do PAC 2 não saiu do papel*. 4 abr. 2014. Disponível em: <http://www.contasabertas.com.br/website/arquivos/8117>. Acesso em: 1 mar. 2017.
- DATAFOLHA. *Dilma avança a 51% e venceria já no 1º turno*. 16 set. 2010. Disponível em: <http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,datafolha-dilma-avanca-a-51-e-venceria-ja-no-1-turno,610705>. Acesso em: 25 ago. 2017.
- DOWBOR, Monika; SZWAKO, José. Respeitável público...: performance e organização dos movimentos antes dos protestos de 2013. *Novos estudos CEBRAP*, p. 43-55, 2013.
- DWECK, E.; TEIXEIRA, R. A. *A política fiscal do governo Dilma e a crise econômica*. Campinas (SP): Unicamp, IE, 2017. Texto para discussão. N. 303.
- ESTADÃO. *Skaf critica política econômica de Dilma*. 11 dez. 2011. Disponível em: <http://economia.estadao.com.br/noticias/geral,skaf-critica-politica-economica-de-dilma,95843e>. Acesso em: 24 ago. 2017.
- ESTADÃO. *Os primeiros cem dias*. 12 abr. 2011. Disponível em: <http://opiniao.estadao.com.br/noticias/geral,os-primeiros-cem-dias-imp-,705037>.

- ESTADÃO. *Clube Naval cria comissão da verdade paralela à oficial*. 14 maio 2012. Disponível em: <<http://politica.estadao.com.br/noticias/eleicoes,clube-naval-cria-comissao-da-verdade-paralela-a-oficial-imp-,872698>>. Acesso em: 27 ago. 2017.
- FOLHA DE S. PAULO. *Lula diz que ligar PAC à eleição é "cretinice"*. 21 mar. 2008. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc2103200805.htm>>. Acesso em: 15 ago. 2017.
- FOLHA DE S. PAULO. *Associação de empreiteiras critica governo sobre concessões*. 22 jul. 2013. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2013/07/1314868-assiacao-de-empresiteiras-critica-governo-sobre-concessoes.shtml>>. Acesso em: 1 mar. 2017.
- GLOBO. G1. *Opinião: o gigante acordou, que seja para melhor*. 23 jun. 2013. Disponível em: <<https://g1.globo.com/brasil/noticia/2013/06/opinio-o-gigante-acordou-que-seja-para-melhor.html>>.
- GLOBO. G1. *Dilma evita opinar sobre fim da reeleição*. 13 abr. 2007. Disponível em: <<http://g1.globo.com/Noticias/Politica/0,MUL21509-5601,00.html>>. Acesso em: 4 ago. 2017.
- GLOBO. Extra. *Oposição protocola representação contra Lula e Dilma no TSE por campanha antecipada*. 21 out. 2009. Disponível em: <<https://extra.globo.com/noticias/brasil/oposicao-protocola-representacao-contralula-dilma-no-tse-por-campanha-antecipada-351172.html>>. Acesso em: 4 ago. 2017.
- GLOBO. G1. *PEC das Domésticas faz um mês sem direitos regulamentados*. 03 maio /2013. Disponível em: <<http://g1.globo.com/economia/seu-dinheiro/pec-das-domesticas/noticia/2013/05/pec-das-domesticas-faz-um-mes-sem-direitos-regulamentados.html>>. Acesso em: 21 ago. 2017.
- GLOBO. G1. *Grupos protestam pelo país contra deputado federal Marco Feliciano*. 09 mar. 2013, Disponível em: <<http://g1.globo.com/politica/noticia/2013/03/grupos-protestam-contradeputado-pastor-e-renan-calheiros-em-brasiliax.html>>.
- GLOBO. G1. *Protesto de professores interdita Avenida Paulista em SP*. 19 abr. 2013. Disponível em: <<http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2013/04/protesto-de-professores-interdita-faixa-na-avenida-paulista-em-sp.html>>. Acesso em: 15 abr. 2017.
- GOHN, Maria da Glória. *Manifestações de junho de 2013 no Brasil e praças dos indignados no mundo*. Petrópolis: Vozes, 2014.
- HARVEY, D. *Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana*. São Paulo: Martins Fontes, 2014.
- HARVEY, David et al. *Occupy: movimentos de protesto que tomaram as ruas*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2015.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Contas Nacionais – CONAC*. Sistema de Contas nacionais: Brasil. Referência 2011.
- INSTITUTO MILLENIUM. *Bolsa Família é a Solução?* 19 out. 2010. Disponível em: <<http://www.institutomillennium.org.br/artigos/bolsa-familia-e-a-solucao/>>. Acesso em: 28 abr. 2017.
- JORNAL DO BRASIL. *Plano Nacional de Direitos Humanos racha governo*. 08 jan. 2010. Disponível em: <<http://www.jb.com.br/pais/noticias/2010/01/08/plano-nacional-de-direitos-humanos-racha-governo/>>. Acesso em: 21 abr. 2017.
- MACHADO, M. R. D. A.; MACIEL, D. A. The Battle Over Abortion Rights in Brazil's State Arenas, 1995-2006. *Health and human rights*, v. 19, n. 1, p. 119, 2017. Harvard University Press & François-Xavier Bagnoud Center for Health and Human Rights.
- NERI, M. C. *A nova classe média: o lado brilhante da base da pirâmide*. São Paulo: Saraiva, 2011.
- NOBRE, Marcos. *Imobilismo em movimento: da abertura democrática ao governo Dilma*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.
- O GLOBO. *Para CNBB, mudanças no Programa Nacional de Direitos Humanos revelam sensibilidade do governo*. 22 jul. 2010. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/politica/para-cnbb-mudancas-no-programa-nacional-de-direitos-humanos-revelam-sensibilidade-do-governo-3008694#ixzz4w9bgupOTstest>>. Acesso em: 27 ago. 2017.

- O GLOBO. *Crise na Base Aliada adia votação da Lei Geral da Copa*. 21 mar. 2012. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/brasil/crise-na-base-aliada-adia-votacao-da-lei-geral-da-copa-4376267#ixz58sWhttpstest>>. Acesso em: 24 dez. 2017.
- O GLOBO. *Deputado federal Marco Feliciano faz coro às declarações de Bolsonaro e ataca negros e homossexuais*. 31 mar. 2013. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/politica/deputado-federal-marco-feliciano-faz-coro-as-declaracoes-de-bolsonaro-ataca-negros-homossexuais-2802944#ixzz58uLanQJr>>. Acesso em: 15 jan. 2018.
- O GLOBO. *Manifestações contra o pastor Marco Feliciano*. 09 mar. 2013. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/brasil/manifestacoes-contra-pastor-marco-feliciano-7793255>>. Acesso em: 9 jan. 2017.
- REDE BRASIL ATUAL (RBA). *Sindicatos e movimentos sociais definem plataforma eleitoral*. 20 maio 2010. Disponível em: <<http://www.redebrasilatual.com.br/politica/2010/05/sindicatos-e-movimentos-sociais-definem-plataforma-eleitoral-nesta-semana>>.
- REUTERS. *Crise na base provoca novo adiamento de votação da Lei da Copa*. 21 mar. 2012. Disponível em: <<https://br.reuters.com/article/domesticNews/idBRSPE82K0AX20120321>>. Acesso em: 25 ago. 2017.
- PARTIDO DA SOCIAL DEMOCRACIA BRASILEIRA (PSDB). *Bolsa Esmola*. Editorial. 3 set. 2004. Disponível em: <<http://www.psdb.org.br/acompanhe/noticias/bolsa-esmola-editorial>>.
- REZENDE, P. J. *Movimentos sociais e contramovimentos: mobilizações antiaborto no Brasil contemporâneo*. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Paulo, Guarulhos, 2016.
- TARROW, Sidney. *Power in movement*. Cambridge university press, 2022.
- TERRA. Notícias. *PT e PMDB fecham acordo por chapa de Dilma Rousseff em 2010*. 20 out. 2009. Disponível em: <<https://www.terra.com.br/noticias/brasil/politica/pt-e-pmdb-fecham-acordo-por-chapa-de-dilma-rousseff-em-2010,98096f7d7fc4b310VgnCLD200000bbccceb0aRCRD.html>>. Acesso em: 28 fev. 2018.
- TERRA. Notícias. *Em novo protesto contra Feliciano, marcha de 20 mil tem 4 detidos*. 24 abr. 2013. Disponível em: <<https://www.terra.com.br/noticias/brasil/politica/em-novo-protesto-contra-feliciano-marcha-de-20-mil-tem-4-detidos,8ad0cdd88a83e310VgnCLD2000000ec6eb0aRCRD.html>>. Acesso em: 25 jan. 2018.
- TILLY, Charles. *Regimes and repertoires*. University of Chicago Press, 2010.
- UNIVERSO ONLINE (UOL). Notícias. *Movimento 'Veta, Dilma!' sobre Código Florestal é sucesso nas redes sociais*. 04 maio 2012. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/ciencia/ultimas-noticias/redacao/2012/05/04/movimento-veta-dilma-sobre-o-codigo-florestal-ganha-as-redes-sociais.htm?cmpid=copiaecola>>. Acesso em: 05 abr. 2015.
- UNIVERSO ONLINE (UOL). Notícias. *Retrospectiva 2012: Segundo ano de Dilma tem recorde de popularidade, apesar de avanços discretos*. 14 dez. 2012. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2012/12/14/segundo-ano-de-dilma-tem-recorde-de-popularidade-apesar-de-avancos-discretos.htm?cmpid=copiaecola>>. Acesso em: 24 maio 2018.
- VERMELHO. Notícias. *Eleições 2010: Movimentos apoiam Dilma para aprofundar mudanças*. 10 set. 2010. Disponível em: <<http://www.vermelho.org.br/noticia/136717-8>>. Acesso em: 28 fev. 2018.
- VERMELHO. Notícias. *Movimento estudantil quer 'mais' de Dilma*. 1 set. 2010. Disponível em: <http://www.vermelho.org.br/noticia.php?id_noticia=136152&id_secao=8>.
- VERMELHO. Notícias. *Parada do Orgulho LGBT: 'Para o armário a gente não volta mais'*. 31 maio 2013. Disponível em: <http://www.vermelho.org.br/noticia.php?id_noticia=215021&id_secao=8>. Acesso em: 25 maio 2018.

NOTAS EXPLICATIVAS

- ¹ GLOBO. G1. Opinião: *o gigante acordou, que seja para melhor*. 23 jun. 2013. Disponível em: <<https://g1.globo.com/brasil/noticia/2013/06/opinio-o-gigante-acordou-que-seja-para-melhor.html>>.
- ² A única novidade durante as eleições de 2010 foi a candidatura de Marina Silva (PV). Essa candidatura, se não alterou significativamente o jogo de poder entre os partidos governistas e a oposição, ao menos embaralhou temporariamente a disputa ao longo do processo.
- ³ Fonte: GLOBO. G1. *Dilma evita opinar sobre fim da reeleição*. 13 abr. 2007. Disponível em: <<http://g1.globo.com/Noticias/Politica/0,,MUL21509-5601,00.html>>. Acesso em: 4 ago. 2017.
- ⁴ Fonte: GLOBO. Extra. *Oposição prototela representação contra Lula e Dilma no TSE por campanha antecipada*. 21 out. 2009. Disponível em: <<https://extra.globo.com/noticias/brasil/oposicao-prototela-representacao-contra-lula-dilma-no-tse-por-campanha-antecipada-351172.html>>. Acesso em: 04 ago. 2017. FOLHA DE S. PAULO. *Lula diz que ligar PAC à eleição é "cretinice"*. 21 mar. 2008. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc2103200805.htm>>. Acesso em: 15 ago. 2017.
- ⁵ Fonte: TERRA. Notícias. *PT e PMDB fecham acordo por chapa de Dilma Rousseff em 2010*. 20 out. 2009. Disponível em: <<https://www.terra.com.br/noticias/brasil/politica/pt-e-pmdb-fecham-acordo-por-chapa-de-dilma-rousseff-em-2010,98096f7d7fc4b310VgnCLD200000bbccceb0aRCRD.html>>. Acesso em: 28 fev. 2018.
- ⁶ Fonte: VERMELHO. Notícias. *Eleições 2010: Movimentos apoiam Dilma para aprofundar mudanças*. 10 set. 2010. Disponível em: <<http://www.vermelho.org.br/noticia/136717-8>>. Acesso em: 28 fev. 2018. VERMELHO. Notícias. *Movimento estudantil quer 'mais' de Dilma*. 1º set. 2010. Disponível em: <http://www.vermelho.org.br/noticia.php?id_noticia=136152&id_secao=8>.
- ⁷ Entretanto, a escolha da ex-ministra também não se fez sem críticas. O PCdoB por exemplo, embora membro da base aliada, não manifestou apoio direto à candidatura oficial petista. Em congresso do partido, no início de 2010, o PCdoB reiterava a necessidade de dar continuidade a "[...] a vitória do empreendimento político das forças progressistas da nação" e "impedir o retrocesso neoliberal, aprofundando as mudanças na construção de um novo projeto nacional de desenvolvimento". Contudo o documento, não citava Dilma Rousseff ou manifestava euforia com o nome da candidata. Destaca-se também que o PCdoB e outros partidos à esquerda flertaram com a ideia do lançamento da candidatura de Ciro Gomes (PSB) O Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), partido ligado a movimentos sociais, lançou candidatura própria com o deputado Plínio de Arruda Sampaio Jr. (PSOL) como candidato. O partido era relativamente novo à época. Só tinha cerca de 5 anos de sua fundação, durante a crise do "mensalão" no governo Lula. O partido fazia parte da oposição ao governo Lula em diversas questões, mas não votava em bloco com siglas como PSDB e DEM, protagonistas da oposição. Fonte: RBA. Rede Brasil Atual. *Sindicatos e movimentos sociais definem plataforma eleitoral*. 20 maio 2010. Disponível em: <<http://www.redebrasilatual.com.br/politica/2010/05/sindicatos-e-movimentos-sociais-definem-plataforma-eleitoral-nesta-semana>>.
- ⁸ Fonte: DATAFOLHA. *Dilma avança a 51% e venceria já no 1º turno*. 16 set. 2010. Disponível em: <<http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,datafolha-dilma-avanca-a-51-e-venceria-ja-no-1-turno,610705>>. Acesso em: 25 ago. 2017.
- ⁹ O Programa Bolsa Família instituído pela Lei 10.836/04 e regulamentado pelo Decreto nº 5.209/04, de 09 de Janeiro de 2004.
- ¹⁰ "O principal programa social petista reduziu-se, enfim, a um projeto assistencialista. Resignou-se a um populismo rasteiro. Limitou-se a uma simples distribuição de dinheiro, sem a contrapartida do comparecimento à escola, condição fundamental para que populações excluídas tenham maiores possibilidades de emprego no futuro, com elevação da renda de maneira produtiva. A ausência de controle também deixa o programa vulnerável a desvios e pouco propício à avaliação de resultados e correção de rumos. Uma expressão do senador Cristovam Buarque (PT-DF) resume o problema: 'O Bolsa Escola virou Bolsa Esmola'. Fonte: PSDB. *Bolsa Esmola* – Editorial. 3 set. 2004. Disponível em: <<http://www.psdb.org.br/acompanhe/noticias/bolsa-esmola-editorial/>>.
- ¹¹ O Instituto Millenium é uma associação da sociedade civil que se dedicou em boa parte do governo Lula a promover debates, fóruns e congressos em torno da defesa do liberalismo econômico. O Instituto foi fundado pela economista Patrícia Carlos de Andrade, em 2005, com o nome de Instituto da Realidade Nacional, oficialmente lançado em abril de 2006, durante o Fórum da Liberdade, em Porto Alegre.
- ¹² Fonte: INSTITUTO MILLENIUM. *Bolsa Família é a Solução?* 19 out. 2010. Disponível em: <<http://www.institutomillennium.org.br/artigos/bolsa-familia-e-a-solucao/>>. Acesso em: 28 abr. 2017.
- ¹³ Fonte: BRASIL. III Plano Nacional de Direitos Humanos. *Decreto Nº 7.037*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d7037.htm>. <Acesso em: 28 mar. 2017.

- ¹⁴ Fonte: JORNAL DO BRASIL. Plano Nacional de Direitos Humanos racha governo. 8 jan. 2010. Disponível em: <<http://www.jb.com.br/pais/noticias/2010/01/08/plano-nacional-de-direitos-humanos-racha-governo/>>. Acesso em: 21 abr. 2017.
- ¹⁵ Fonte: O GLOBO. *Para CNBB, mudanças no Programa Nacional de Direitos Humanos revelam sensibilidade do governo*. 22 jul. 2010. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/politica/para-cnbb-mudancas-no-programa-nacional-de-direitos-humanos-revelam-sensibilidade-do-governo-3008694#ixzz4w9bgupOTstest>>. Acesso em: 27 ago. 2017.
- ¹⁶ Em texto assinado por D. Luiz Gonzaga Bergonzini, “Dai a César o que é de César e a Deus o que é de Deus”, de 20/07/2010, o bispo conclamava fiéis católicos e não católicos a não votarem em Dilma Rousseff. “Na condição de Bispo Diocesano, como responsável pela defesa da fé, da moral e dos princípios fundamentais da lei natural que – por serem naturais procedem do próprio Deus e por isso atingem a todos os homens –, denunciemos e condenamos como contrárias às leis de Deus todas as formas de atentado contra a vida, dom de Deus, como o suicídio, o homicídio assim como o aborto pelo qual, criminoso e covardemente, tira-se a vida de um ser humano, completamente incapaz de se defender. A liberação do aborto que vem sendo discutida e aprovada por alguns políticos não pode ser aceita por quem se diz cristão ou católico. Já afirmamos muitas vezes e agora repetimos: não temos partido político, mas não podemos deixar de condenar a legalização do aborto. (confira-se Ex. 20,13; Mt 5,21). Isto posto, recomendamos a todos verdadeiros cristãos e verdadeiros católicos a que não deem seu voto à Senhora Dilma Rousseff e demais candidatos que aprovam tais “liberações”, independentemente do partido a que pertençam. Fonte: BLOG. Dai a César o que é de César e a Deus o que é de Deus. 20 jul. 2010. Disponível em: <https://blog.cancaonova.com/tiba/2010/07/20/dai-a-cesar-o-que-e-de-cesar-e-a-deus-o-que-e-de-deus>. Para um relato mais detalhado do movimento pró-vida durante o período consultar (Rezende, 2016; Machado; Maciel, 2017).
- ¹⁷ Fonte: <<http://www.brasil.gov.br/pac/>>.
- ¹⁸ A ONG Contas Abertas, fundada em 2005, com o intuito de fiscalizar as contas públicas e denunciar casos de corrupção, divulgou em 2014 que nos anos de 2011 a 2013 apenas 12% das obras estavam “concluídas” ou “em operação” e 53% nem sequer haviam saído da fase de projeto. Por exemplo, o Ministério da Saúde, com maior número de iniciativas previstas, concluiu apenas 8%. Isso lança luz sobre a série de demandas em torno da saúde pública em 2013. Outra crítica comum era a da falta de transparência, presença maciça do Estado e os gastos excessivos do governo. O programa sofreu críticas do associativismo empresarial e da imprensa. A Associação Brasileira da Indústria de Base (Abdib), por exemplo, criticou a atuação estatal que impedia o crescimento econômico enfraquecendo a competitividade e produtividade das empresas privadas nacionais. Fonte: CONTAS ABERTAS. *Após 3 anos, mais da metade do PAC 2 não saiu do papel*. 4 abr. 2014. Disponível em: <<http://www.contasabertas.com.br/webiste/arquivos/8117>>. Acesso em: 1 mar. 2017; FOLHA DE S. PAULO. *Associação de empreiteiras critica governo sobre concessões*. 22 jul. 2013. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2013/07/1314868-assiacao-de-empreiteiras-critica-governo-sobre-concessoes.shtml>>. Acesso em: 1 mar. 2017.
- ¹⁹ Fonte: ESTADÃO. *Skaf critica política econômica de Dilma*. 11 dez. 2011. Disponível em: <<http://economia.estadao.com.br/noticias/geral,skaf-critica-politica-economica-de-dilma,95843e>>. Acesso em: 24 ago. 2017.
- ²⁰ Para uma visão mais qualificada do que aquela que se oferece aqui acerca do debate macroeconômico consultar Dweck e Teixeira (2017). Os autores desenham o debate e apresentam nuances importantes no que tange à caracterização da política fiscal do governo de 2011 a 2014. Os autores apresentam duas teses distintas na academia no período. A tese da ganância, forte na imprensa e nas associações empresariais, e a segunda vertente, que afirma que houve na verdade queda na taxa de investimentos, versão muito popular entre economistas heterodoxos e dentro de correntes de esquerda. Inclusive Lula em diversos momentos na época apareceu para questionar a falta de investimentos públicos.
- ²¹ Fonte: ESTADÃO. *Os primeiros cem dias*. 12 abr. 2011. Disponível em: <<https://www.estadao.com.br/opiniao/os-primeiros-cem-dias-imp-/>>.
- ²² A chamada Nova Matriz Econômica foi o termo cunhado na época pela imprensa especializada.
- ²³ No setor educacional, a criação do PRONATEC foi a política de desenvolvimento de maior impacto. Instituído com o decreto Lei nº 12.513/2011 foi uma medida de capacitação de estudantes secundaristas. Segundo dados do governo, de 2011 a 2014, pelo menos 8 milhões de matrículas existiram. A expansão do PROUNI e o Ciências Sem Fronteiras, outro programa importante na área de educação, também foi incrementado.
- ²⁴ A lista anunciou as doze cidades Belo Horizonte, Brasília, Cuiabá, Curitiba, Fortaleza, Manaus, Natal, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro, Salvador, São Paulo, ficando de fora as candidaturas de Belém, Campo Grande, Florianópolis, Goiânia e Rio Branco. Para mais detalhes sobre a Copa do Mundo de 2014, consultar Brito (2015).

- ²⁵ Essas garantias e encargos não tinham o mesmo estatuto legal de tratados internacionais diversos como aqueles assinados na ONU, por exemplo.
- ²⁶ Para um tratamento detalhado do processo legal envolvendo a Copa do Mundo 2014, consultar Brito (2015).
- ²⁷ Fonte: REUTERS. *Crise na base provoca novo adiamento de votação da Lei da Copa*. 21 mar. 2012. Disponível em: <<https://br.reuters.com/article/domesticNews/idBRSPE82K0AX20120321>>. Acesso em: 25 ago. 2017.
- ²⁸ Sancionada no dia 25 de maio de 2012, a Lei 12.651, conhecida como Código Florestal, também foi objeto de intenso debate no início de 2012. A lei aborda assuntos sobre a regularização da política ambiental e impactava profundamente aspectos da ocupação e exploração do solo no meio rural. A lei continha observações sobre áreas de proteção ambiental e os direitos de uso do solo e estabelecia obrigações ambientais por parte dos produtores rurais. A lei foi objeto de disputas e discussões entre produtores rurais, movimentos sociais e parlamentares. Os movimentos “Veta Dilma” e “Veta tudo, Dilma”, apoiados por ambientalistas, tentaram impedir a promulgação do texto através de campanhas nas redes sociais. Produtores rurais, por sua vez, elaboraram suas próprias atividades em torno da aprovação do texto. Fonte: UOL. Notícias. *Movimento 'Veta, Dilma!' sobre Código Florestal é sucesso nas redes sociais*. 04 maio 2012. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/ciencia/ultimas-noticias/redacao/2012/05/04/movimento-veta-dilma-sobre-o-codigo-florestal-ganha-as-redes-sociais.htm?cmpid=copiaecola>>. Acesso em: 5 abr. 2015.
- ²⁹ UOL. Notícias. *Retrospectiva 2012: Segundo ano de Dilma tem recorde de popularidade, apesar de avanços discretos*. 14 dez. 2012. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2012/12/14/segundo-ano-de-dilma-tem-recorde-de-popularidade-apesar-de-avancos-discretos.htm?cmpid=copiaecola>>. Acesso em: 24 maio 2018.
- ³⁰ “Para tentar melhorar o relacionamento da base aliada com o governo, o líder no Senado Eduardo Braga (PMDB-AM) anunciou que planeja levar um ministro por semana à Casa para atender não apenas os parlamentares aliados, mas também os prefeitos das capitais e os governadores. Nesta quarta-feira, o ministro da Educação Aloizio Mercadante esteve no Senado já como parte dessa estratégia. Mercadante ouviu as demandas de diversos senadores aliados e até da governadora do Rio Grande do Norte, Rosalba Ciarlini, que aproveitou a oportunidade para conversar com o ministro”. Fonte: O GLOBO. *Crise na Base Aliada adia votação da Lei Geral da Copa*. 21 mar. 2012. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/crise-na-base-aliada-adia-votacao-da-lei-geral-da-copa-4376267#ixz58sWhttpes>>. Acesso em: 24 dez. 2017.
- ³¹ O presidente do Clube Naval na época, Ricardo Veiga, chegou a criar a Comissão Paralela da Verdade, formada por militares de alta patente responsáveis por elaborar um contrarrelatório no intuito de rebater as acusações de ingerência durante o regime militar. Fonte: ESTADÃO. *Clube Naval cria comissão da verdade paralela à oficial*. 14 maio 2012. Disponível em: <<http://politica.estadao.com.br/noticias/eleicoes,clube-naval-cria-comissao-da-verdade-paralela-a-oficial-imp-,872698>>. Acesso em: 27 ago. 2017.
- ³² Em 2011, o deputado deu declarações contra o ativismo LGBTT, além de ter sido acusado de racismo por frases veiculadas nas redes sociais. No Twitter, o deputado afirmou que “Africanos descendem de ancestral amaldiçoado por Noé. Isso é fato. O motivo da maldição é a polêmica. Não sejam irresponsáveis Twitters rsss”. O deputado também foi um ferrenho opositor do projeto de educação sexual nas escolas. Apelidado por seus opositores como “kit gay”, o ensino sexual nas escolas colaborou com a formação de um bloco parlamentar contra diversas pautas consideradas ofensivas a moral. Deputados como Jair Bolsonaro (PSC) e Marco Feliciano (PSC) passaram a ser lideranças nesse processo e ajudaram a erodir ainda mais o apoio à presidente Dilma Rousseff. Fonte: O GLOBO. Deputado federal Marco Feliciano faz coro às declarações de Bolsonaro e ataca negros e homossexuais. 31 mar. 2013. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/politica/deputado-federal-marco-feliciano-faz-coro-as-declaracoes-de-bolsonaro-ataca-negros-homossexuais-2802944#ixzz58uLanQJr>>. Acesso em: 15 jan. 2018.
- ³³ Fonte: GLOBO. G1. *PEC das Domésticas faz um mês sem direitos regulamentados*. 03 maio /2013. Disponível em: <<http://g1.globo.com/economia/seu-dinheiro/pec-das-domesticas/noticia/2013/05/pec-das-domesticas-faz-um-mes-sem-direitos-regulamentados.html>>. Acesso em: 21 ago. 2017.
- ³⁴ À época de sua proposição, parte do Judiciário era favorável à medida. Os juristas Ives Gandra da Silva e José Afonso da Silva salientaram que o Ministério Público não tinha a competência necessária para a realização de investigações criminais. Ainda assim, Ives Gandra também demarcou que a PEC era desnecessária. A PEC 37 também recebeu apoio de diversas associações ligadas ao ambiente jurídico. O Instituto Brasileiro de Ciências Criminais (IBCCrim) também se posicionou a favor da PEC, tanto quanto sindicatos ligados às polícias federais e civis de diversos estados. Quem se posicionou contra PEC 37 em meados de 2011 e 2012 foram os grupos ligados ao Ministério Público. A Associação do

- Ministério Público do Distrito Federal e Territórios se posicionava contra a medida que, segundo seus representantes, limitava a capacidade do MP de investigar crimes praticados por policiais civis, por exemplo. Em resumo, antes de 2013, o debate sobre a PEC 37 permanecia na esfera legal e contrapunha principalmente juristas e policiais civis e federais acerca das prerrogativas de cada uma das corporações e órgãos. A partir de 2013 esse cenário se transforma quando o projeto passa a ser encarado como um salvo-conduto para a corrupção. Fonte: CONSULTOR JURÍDICO. *Juristas dizem que MP não pode fazer investigação*. 30 mar. 2013. Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/2013-mar-30/juristas-afirmam-investigacao-criminal-exclusividade-policia>>. Acesso em: 25 ago. 2017. Fonte: CONSULTOR JURÍDICO. *Associação é contraproposta que limita investigação*. 16 jun. 2013. Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/2012-jun-16/associacao-promotores-proposta-limita-poder-investigacao>>. Acesso em: 25 ago. 2017.
- ³⁵ Fonte: O GLOBO. *Manifestações contra o pastor Marco Feliciano*. 09 mar.2013. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/brasil/manifestacoes-contrapastor-marco-feliciano-7793255>>. Acesso em: 9 jan. 2017. Fonte: GLOBO. G1. Grupos protestam pelo país contra deputado federal Marco Feliciano, 09/03/2013, <http://g1.globo.com/politica/noticia/2013/03/grupos-protestam-contradeputado-pastore-renan-calheiros-em-brasiliax.html>; Fonte: TERRA. Notícias. *Em novo protesto contra Feliciano, marcha de 20 mil tem 4 detidos*. 24 abr. 2013. Disponível em: <<https://www.terra.com.br/noticias/brasil/politica/em-novo-protesto-contrafeliciano-marcha-de-20-mil-tem-4-detidos,8ad0cdd88a83e310VgnCLD2000000ec6eb0aRCRD.html>>. Acesso em: 25 jan. 2018.
- ³⁶ Segundo entrevista ao Brasil de Fato, uma das lideranças da APOGLBT reiterou o caráter politizado do evento. “Nós queremos passar para a comunidade [LGBT] e para a população em geral que nós não aceitamos retrocessos nos nossos direitos. Não queremos voltar a viver em guetos ou ter nossas relações não reconhecidas. Para o armário a gente não volta mais. Para a clandestinidade e a marginalidade não voltamos mais. Queremos melhorias e a igualdade de direitos prevista na Constituição. Se nós temos igualdade nas obrigações, queremos também nossos direitos garantidos. A quantidade de pessoas não é uma preocupação nossa. Nós queremos que as pessoas vão conscientes à Avenida Paulista lutar pela igualdade de direitos.” Fonte: VERMELHO. Notícias. *Parada do Orgulho LGBT: ‘Para o armário a gente não volta mais’*. 31 maio 2013. Disponível em: <http://www.vermelho.org.br/noticia.php?id_noticia=215021&id_secao=8>. Acesso em: 25 maio 2018.
- ³⁷ Fonte: GLOBO. G1. *Protesto de professores interdita Avenida Paulista em SP*. 19 abr. 2013. Disponível em: <<http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2013/04/protesto-de-professores-interdita-faixa-na-avenida-paulista-em-sp.html>>. Acesso em: 15 abr. 2017.

Recebido em julho de 2023
Aprovado em dezembro de 2023